



Anais da Assembléia

N. 28

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE ABRIL DE 1986

ANO XII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

específica.

ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 1986.

(QUARTA-FEIRA)

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1986.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, do Projeto de Lei n. 46/86, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DO DIABÉTICO JUVENIL – APAD, com sede e foro na Comarca de Curitiba.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1986.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n. 034/86.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1986.

(a) JORGE MAIA FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação ao Projeto de Lei n. 221/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 176/85), que cria cargo de Diretor do Museu do Parque Histórico do Mate, constante da Ordem do Dia de hoje em 2ª Discussão.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Líder do Governo e PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, a inversão para Votação da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1986.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta Capital do Sr. Dr. SADY SOUZA.

Tal passamento vem consternar a sociedade face aos dotes morais do extinto.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, à Rua Buenos Aires n. 1000.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1986.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Adhail Sprenger Passos e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 12/86 que dá nome à PR-446 – UNIÃO DA VITÓRIA – PORTO VITÓRIA a BITURUNA.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário, urgência na tramitação da seguinte matéria: Projeto de Lei n. 51/86, que cria a Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, com as atribuições que

Apoio: Adhail Sprenger Passos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações, ao casal Rosalina Lopes Franciscón e Odésio Franciscón, dirigentes do ILES – Instituto Londrinense de Educação de Surdos, com sede em Londrina, fundado em 15 de agosto de 1959. O casal é fundador do ILES, tendo capacidade para 150 alunos semi-internos ou 300 externos. É uma escola especializada na educação do deficiente auditivo, com salas aparelhadas para atendimento individual e coletivo, amplas instalações, gabinete odontológico, cabina audiométrica, 22 salas de aula, salas especiais, onde professores e técnicos buscam proporcionar aos surdos o melhor atendimento possível.

Dona Rosalina e o professor Odésio dedicam há 27 anos a maior parte de suas vidas aos trabalhos do ILES. Dedicam muito amor aos alunos, tratados como se fossem seus próprios filhos. Aliás, a bem da verdade, a família do casal Rosalina e Odésio são os alunos do ILES. Não se tem notícia de nenhum outro casal neste país que dedique tanto a sua vida à uma entidade como a professora Rosalina e o professor Odésio. Faltam verbas, recursos, mas não falta o amor no ILES.

Por essa razão, é justo que a Assembléia Legislativa do Paraná faça consignar para a história sua homenagem ao casal Rosalina e Odésio Franciscón, aos demais diretores e funcionários do ILES, pelo extraordinário e benemérito trabalho realizado ao longo dos últimos 27 anos.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada à Diretoria do ILES, à Rua Asas, 35, Jardim Aeroporto, em Londrina.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após a anuência do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de congratulações à Federação Paranaense de Futebol de Salão, que comemora no próximo dia 2 de maio, 30 anos de fundação.

A entidade é presidida pelo jornalista Jorge Kudri, um grande idealista e incansável batalhador pelo esporte amador, homem que tem dedicado a maior parte da sua vida às causas de futebol de salão. Jorge Kudri tem sido feliz na realização de grandes eventos do salonismo, inclusive com a promoção do próprio campeonato brasileiro, marcado este ano para o nosso Estado.

Não há no Brasil outro cidadão que faça mais pelo futebol de salão do que Jorge Kudri.

Ao ensejo dos 30 anos de fundação da Federação Paranaense de Futebol de Salão, é justo que esta Assembléia Legislativa registre em seus anais sua homenagem aos diretores e funcionários da entidade que, sob a presidência de Jorge Kudri fazem dela uma das mais atuantes do país.

Que da decisão, desta Casa de Leis seja comunicada ao jornalista Jorge Kudri, através da Assembléia Legislativa, com votos de felicidades e muitas realizações!

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito na ata dos trabalhos da presente sessão um voto de aplausos ao Instituto Cultural Brasileiro-Germânico (ICBG) pelos 30 anos que esta entidade comemora de sua fundação.

Os ideais daquele pequeno grupo de pessoas que, há três décadas, preconizam uma perfeita integração entre a cultura alemã e a sua congênere brasileira, mostram-se hoje, plenamente atingidos. A troca de informações políticas, administrativas e culturais, juntamente com promoções sociais relevantes, vêm possibilitando uma convivência sadia e profícua que, ao mesmo tempo, vem propiciando um incremento do conhecimento mais aprofundado de ambas as línguas, através de informações referentes à história, geografia, literatura, economia e, em especial, as mil facetas das artes.

Vetor integrante da profunda amizade que une Brasil e Alemanha, e, no âmbito estadual, Paranaense e Alemães, o Instituto Cultural Brasileiro-Germânico (ICBG) tem se revestido numa ponte cultural construtiva no acesso e aprimoramento do conhecimento humano.

Neste registro que fazemos na data de hoje, juntamente com o nosso reconhecimento ao importante trabalho educativo, desenvolvido pelo Instituto, fiquem também lavrados, os nossos votos de que se aprofundem estes laços já existentes e se intensifiquem a harmonia e a participação democrática daquele estabelecimento com a nossa tribuna e com esta egrégia Casa.

Ao Instituto Cultural Brasileiro-Germânico (ICBG) o nosso voto de louvor, identificado neste, toda a comunidade germânica e seus descendentes diretos e indiretos, que, através de gerações, vêm se constituindo em verdadeiros obreiros deste grande Estado da Cultura, que é o nosso Paraná.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição seja dado ciência ao Instituto Cultural Brasileiro-Germânico (ICBG).

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1986.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de seu pronunciamento feito nesta data e devidamente apoiado, aos Ministros do Planejamento, da Fazenda, da Agricultura e do Trabalho, assim como ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e aos Secretários de Estado da Agricultura e das Finanças.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1986.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

As dificuldades em que se encontram os produtores de feijão, leite e carne suína do Estado estão a exigir imediatas medidas que, por um lado, garantam aos produtores rurais e cooperativas destes três produtos condições econômicas para continuar desenvolvendo suas atividades, e, por outro lado, impeçam o surgimento de problemas nas áreas trabalhistas e de abastecimento.

A adoção das medidas apresentadas no pronunciamento, assim como de outras igualmente necessárias, são de fundamental importância para o êxito do Programa de Estabili-

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor FABIANO SAPORITI CAMPELO, Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, solicitando a extensão da rede de água no Bairro Rainha, Município de Ipiranga.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

O atual fornecimento de água no Bairro Rainha, no Município de Ipiranga, tem sido deficiente, principalmente por se tratar de um bairro bastante alto, trazendo com isso, constante falta de água.

A tendência que se verifica, em função do crescimento populacional desse bairro, é de agravamento dessa situação, caso o problema não seja solucionado através da extensão da rede de água.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando a instalação de um aparelho telefônico no Colégio “Rui Barbosa” – Ensino de 1.º e 2.º Graus, no Município de Arapoti.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual “Rui Barbosa” – Ensino de 1.º e 2.º Graus, está a reivindicar a instalação de um aparelho telefônico.

Isto deve-se ao fato de que, nos dias de hoje, a necessidade é premente, uma vez que viria auxiliar a comunicação com repartições, pais de alunos e professores, das quais depende o bom andamento dos trabalhos daquele estabelecimento de Ensino.

Espera-se, portanto, que essa Secretaria de Estado da Educação atenda, o mais breve possível, o que ora é solicitado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Finanças, Dr. João Elísio Ferraz de Campos, solicitando informações a respeito das empresas beneficiadas pela Lei n. 8279, de 16/01/86.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A anistia fiscal é tema polêmico, necessitando haver por parte do Poder Legislativo acesso às informações referentes aos benefícios auferidos pelas empresas paranaenses.

Portanto solicitamos:

1. A relação das mesas.

2. Os valores anistiados.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 71/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º – Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a proceder o pagamento mensal de meio salário-mínimo vigente no País, aos deficientes físicos plenamente incapacitados ao exercício de qualquer função ou trabalho.

Parágrafo Único – Terão direito ao benefício, os deficientes físicos nascidos no Paraná ou com residência fixa por mais de cinco anos neste Estado.

Art. 2.º – Caberá à Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social expedir laudos comprobatórios das deficiências, através de juntas médicas.

Art. 3.º – As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de verba própria do orçamento público estadual.

Art. 4.º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1986.

(a) JORGE MAIA FILHO.

JUSTIFICATIVA:

A sociedade brasileira despertou para o problema dos deficientes físicos, abrindo as portas das empresas, bem como do poder público, com empregos compatíveis.

Estamos, no entanto, diante dos deficientes físicos “plenamente incapacitados para o exercício de qualquer função ou trabalho”. Em suma, o texto legal justifica o pedido. Não fosse a obrigação do Estado em amparar sua gente, é dever primordial dos governantes voltar seus olhos para os problemas sociais mais graves.

Este meio salário-mínimo em questão, falta nenhuma fará ao erário, uma vez que seu destino é nobre, pois auxiliará no tratamento e sustento de pessoas sem a mínima possibilidade de trabalho em razão de fatos completamente alheios as suas vontades.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS – Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Dada a exigüidade do tempo que contamos no Pequeno Expediente, e a urgência com que necessitamos enviar correspondência nos termos do nosso pronunciamento de hoje, sobre o Pacote que tem que ser acertado, tomei a liberdade, Sr. Presidente, de encaminhar à Mesa um requerimento que, depois de ouvido o Plenário, seja aprovado, e seja remetido o teor do meu discurso às autoridades competentes. Entretanto, peço, desde já, seja considerado o restante do meu discurso lido, em razão do pouco tempo de que disponho. Mas, prende-se o assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao seguinte: (Lê):

“O PACOTE QUE TEM QUE SER ACERTADO!”

O último pacote econômico que visa reduzir à zero a inflação, precisa dar certo. Passados já quase dois meses de sua implantação, o entusiasmo com que lhe demos as boas vindas, vai se diluindo no tempo e no espaço. Inquietações, rumores

de greves dos professores, reclamações dos pequenos agricultores e de assalariados, vão surgindo no horizonte em forma de negras nuvens ameaçadoras.

O setor terciário da economia, comerciantes ávidos que galopavam sobre as ondas da inflação, corriam diariamente com suas máquinas de remarcação, foram o alvo da população. Com o pacote no coração e tabelas na mão, os Fiscais do Sarney faziam as investidas contra o setor terciário.

Não tenho a intenção nem de atacar nem de defender o terciário setor da economia — penso ser antes um defensor do povo e por isso, do pacote. Daí nasce minha inquietude em chamar a atenção sobre os riscos e perigos.

1) Há que se considerar que a estrutura econômica que se debatia com a inflação galopante, é constituída de setor primário, secundário e terciário. A grosso modo, atividade agrícola e extrativa, responsável pela matéria prima: Agricultura, Agropecuária, mineração, etc. Atividade de prestação de serviços, responsável pela intermediação de produtos e serviços (comércios, bancos, etc.). E, por último, atividade industrial e manufatureira, responsável pelo processo de transformação e beneficiamentos da matéria prima.

Por isso ao analisar mais racionalmente o pacote, não podemos desconsiderar seus reflexos sobre a estrutura econômica como um todo integrado numa interação constante.

O pacote atingiu a todos a um só tempo. E não poderia ser de outra forma. Entretanto, tomou de surpresa as diferentes parcelas dos três setores em estágios de crescimento também diferenciados. Congelou-se junto à inflação, também as dissimilaridades gritantes entre um setor e outro setor da economia.

Congelaram-se os preços em geral. Alguns setores foram congelados no pico mais alto de seus reajustes e outros na completa defasagem inflacionária. Mesmo considerando a média dos últimos meses, as dissimilaridades continuam...

Pelo exposto — o pacote que tem que dar certo — tem que ser acertado. Acertado com quem? Aí vem a segunda preocupação nossa:

2) Considerando que o pacote nasceu com um vício de origem. Este vício era inevitável, sem sombra de dúvidas. Mas não pode passar despercebido. Desde a elaboração até sua implantação, o pacote contou apenas com instrumentos do arbítrio do Executivo — Decreto Lei. Os políticos do legislativo — Congresso Nacional — os representantes dos diversos setores populacionais e da economia, não participaram na discussão.

A participação popular está sendo exigida agora, nos acertos do pacote. As forças populares que se lançaram como franco atiradores e fiscais do Sarney — querem e precisam ser urgentemente ouvidos.

O pacote acertou o povo em seu coração, que o abraçou e recebeu com entusiasmo. Agora, porém, na hora em que vamos desembulhar o pacote, é preciso acertar com o povo através de suas representações mais legítimas as correções a serem feitas.

Sobre a necessidade de haverem correções no pacote, já vimos na primeira preocupação a pouco enunciada. Sobre a necessidade do povo ser ouvido, quero aqui e hoje trazer a público as reivindicações de uma das classes mais prejudicadas: Os pequenos produtores de feijão, leite e ovinos.

Poderia falar do salário do professor, do operário, igualmente penalizado. Considerando o grau de organização dos mesmos que falam por eles considerando o instrumento da greve como arma de defesa de classe — peço, escusas para falar por aqueles que não contam com tal instrumento de defesa.

FEIJÃO

Ao avaliar-se a situação do feijão deve ser considerado, em primeiro lugar, sua condição de integrante do prato básico da grande maioria da nossa população. Todos sabemos que o feijão, acompanhado do arroz, é o que a maioria dos brasileiros comem.

Em segundo lugar, deve ser considerado que o feijão é uma das mais tradicionais culturas dos pequenos produtores rurais brasileiros. A importância da cultura do feijão no Paraná pode ser sintetizada pela constatação, conhecida das senhoras e senhores parlamentares, de que o nosso Estado é o maior produtor nacional de feijão. Na Região Sul do Paraná, 95 por cento dos agricultores plantam feijão. Observem, então, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados, a importância desta cultura em nosso Estado.

Considerados estes aspectos, o que indicam os demais dados, de caráter mais técnico, a respeito do feijão?

Estamos encaminhando ao meu gabinete pela Cooperativa Mista Bom Jesus Ltda., da região da Lapa, com os dados e as preocupações das cooperativas de Lapa, Irati, Prudentópolis, Laranjeiras do Sul e Guarapuava, que agrupam a maioria dos produtores de feijão do Paraná, deixam evidente que é dramática a situação do feijão, dos seus produtores e das cooperativas.

E o que mais indicam os dados técnicos?

Eles indicam que em cada saca vendida, O PRODUTOR sofre prejuízos que vão de Cz\$ 22,00 a Cz\$ 60,00, considerados todos os custos da produção. As Cooperativas igualmente vem sofrendo consideráveis prejuízos. Além de arcar com despesas operacionais com transporte, secagem, limpeza e emblocamento da ordem de Cz\$ 10,10, há também a questão do ICM. Apesar de receberem somente 20 por cento da produção de feijão no Estado, as cooperativas são responsáveis por 80 por cento da arrecadação de ICM referente ao produto. Trata-se, sem dúvida de uma perversão em termos de justiça tributária e de uma flagrante distorção público-administrativa.

AS REDES DE SUPERMERCADOS são as exclusivas beneficiárias com o que ocorre, e por três razões:

— Impõem a exigência de uma margem de lucro de 20 a 25 por cento;

— Compram o feijão para pagamento em 30 dias, enquanto conseguem girar seu estoque a cada 10—15 dias;

— E, compram feijão de classe inferior e o revendem como se fosse de classe superior.

Toda esta situação nos faz antever que, sem mudanças, inevitavelmente acabará por faltar o produto.

CARNE SUÍNA

Na análise da situação da carne suína, e dos seus produtores, alguns destaques se fazem necessários, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados.

Todos sabemos que o Paraná detém o maior rebanho suíno do País e que ocupa o primeiro lugar na produção da carne suína e derivados. Esta produção é gerada por 283 mil propriedades no Estado, sendo que 43 por cento delas ocupam área menor de 10 hectares; 25,7 por cento das propriedades ocupam áreas que vão de 10 a 20 hectares; e 20,8 por cento das propriedades ocupam áreas que variam de 20 a 50 hectares.

Em 1984, estas 283 mil propriedades envolvidas com suinocultura — número que corresponde a 62 por cento das propriedades agrícolas no Estado — foram responsáveis por 8,5 por cento da renda gerada por atividades agropecuárias no Paraná, totalizando a quantia de Cz\$ 479 milhões.

Segundo estudo elaborado pelo departamento técnico da Associação Paranaense de Suinocultores, o qual converge

com as análises e reivindicações de inúmeras associações de suinocultores no interior do Estado, como as de Palotina e Marechal Cândido Rondon, o custo da criação, com um mínimo de nível tecnológico, está em torno de Cz\$ 11,08 o quilo. Ora, na comercialização o produtor está recebendo um máximo de Cz\$ 9,50 por quilo. Além desse, vários outros problemas são indicados pelos suinocultores, tais como:

— O não tabelamento dos produtos veterinários, concentrados, rações, equipamentos e demais insumos utilizados na suinocultura;

A ausência de estímulo oficial, através dos meios de comunicação, ao consumo de carne suína;

— A falta de uma política de exportação do produto.

Mas há um problema que se sobrepõe a todos os demais: É que os varejistas não abrem mão de uma margem de lucro de 25 por cento na carne verde e na carne vendida nos açougues, assim também não declinam de uma margem de lucro de 35 por cento na carne utilizada na fabricação de frios e derivados.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Também aqui podemos ter absoluta certeza de que, se não houver mudanças em relação ao setor, os suinocultores passarão a abater as matrizes e cairá consideravelmente a produção de carne suína, pois ninguém se dedica a produzir algo que lhe de prejuízos contínuos.

LEITE

Com respeito ao leite, igualmente existem sérias dificuldades. Tal situação nos preocupa porque nosso Estado se situa entre as cinco maiores bacias leiteiras do país. Além de principal atividade agropecuária de boa parte dos produtores rurais, o leite também se constitui em importante atividade complementar no campo. Que assim é, indica o fato de que praticamente inexistente propriedade rural no Paraná em que não haja produção de leite.

Vejam, pois, a situação do leite. O custo da produção de um litro do produto é de Cz\$ 2,23. Apesar disso, o produtor de leite recebe hoje Cz\$ 1,78 pelo litro de leite para consumo humano e recebe Cz\$ 1,50 pelo leite tipo industrial.

A 27 de fevereiro, o preço pago ao produtor de leite já estava defasado e nestas condições se deu o seu congelamento. Tal situação foi publicamente reconhecida pelo Ministro Dilson Funaro, pois, em 28 de fevereiro ele dizia que os preços do leite, dos combustíveis e da energia elétrica teriam que ser revistos. O que ocorreu, como todos sabemos, é que os preços dos combustíveis e da energia elétrica estão sendo bancados pela Iniciativa Pública. Isto não poderia ocorrer — e de fato não ocorreu — com o leite, cujos custos de produção são bancados pela iniciativa privada.

Tais circunstâncias têm trazido prejuízos e preocupações ao nosso homem do campo envolvido com a produção de leite e o produto já está começando a faltar.

OS INEVITÁVEIS AJUSTES DO PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO

Ao iniciar este pronunciamento, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados, fiz referência a uma das qualidades do programa de estabilização econômica: A qualidade de tornar visível a situação de cada um dos elos da corrente que vai do produtor ao consumidor.

A análise da situação do leite, da carne suína e do feijão, nos leva a concluir que a intermediação do Governo Federal se faz necessária e urgente, por duas razões básicas:

1) Para que o Governo não necessitasse intermediar a negociação do reajuste de determinados produtos, "seria necessário que todos os preços estivessem sendo reajustados

simultaneamente. Em outras palavras: todos os formadores de preços de bens e serviços finais na economia deveriam estar reajustando seus preços todos os dias, ou todos os meses, ou todos os trimestres, mas ao mesmo tempo.

Se alguns agente estivesse a dois meses sem reajustar seu preço, no dia do congelamento teria sua margem de lucros congelada com uma defasagem de dois meses, enquanto aqueles que acabaram de reajustar seus preços no dia 26 de fevereiro, estariam com sua margem de lucro em seu ponto mais alto. Devemos notar que este é um problema de distribuição de rendas entre os lucros. Alguns saíram ganhando e não querem perder o que ganharam, enquanto outros saíram perdendo, e estão tentando diminuir a perda...". * (CAMARGO, José Márcio *A Arbitragem compulsória e o combate à inflação sem desemprego*). Folha de S. Paulo, 13 de Abril de 1986, p.42.

(Ora, todos sabemos que os preços do leite e da carne suína tiveram a sua margem de lucros congelada com a defasagem.

2) Em segundo lugar, a intermediação do Governo não seria necessária se os ganhos — do produtor até o último intermediário — estivessem distribuídos de tal forma que a sobrevivência econômica de cada um estivesse assegurada por uma margem mínima de lucro. No entanto, isto não ocorreu, com o feijão e, em parte, com a carne suína, porque a margem de lucros ficou concentrada nas mãos dos intermediários, penalizando os produtores e as cooperativas.

AS QUESTÕES APRESENTADAS E O SEU ENCAMINHAMENTO

Colocados todos estes aspectos, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados — e certamente haveria mais o que dizer a respeito do Feijão, da Carne Suína e do Leite, — algumas conclusões de ordem prática se fazem necessárias.

REQUERIMENTO

Antes de tudo, solicito o apoio dos Senhores Parlamentares ao requerimento à Mesa, no sentido de que este pronunciamento e os respectivos estudos técnicos sejam encaminhados, respectivamente, aos Ministros da Fazenda, do Planejamento, da Agricultura e do Trabalho, bem como ao Governador do Estado, e as Secretarias de Estado da Agricultura e das Finanças.

DIALOGO/CONVERSÇÕES

Após, dirijo o meu apelo a este plenário e aos ministros acima citados no sentido de que sejam retomadas, imediatamente, as conversações entre o Governo e os setores produtivos envolvidos, a fim de que o impasse seja solucionado.

LEITE

Em relação ao leite, há somente duas alternativas: ou o reajuste do seu preço a níveis compatíveis com os custos de produção e uma certa margem de lucro; ou alguma forma de subsídio, de tal modo que o produtor não continue sendo penalizado. Esta última solução é a mais aceitável socialmente e a mais adequada ao "Plano da Inflação Zero".

FEIJÃO

Quanto ao feijão, a solução mais prática e mais adequada é a regulamentação da margem de lucro de cada um dos envolvidos na sua produção e intermediação. Além disso, impõem-se uma profunda revisão da distorção do ICM pois as cooperativas não podem continuar arcando com 80 por cento da arrecadação referente ao produto, enquanto recebem apenas 20 por cento da produção do Estado.

CARNE SUÍNA

Finalmente, no que diz respeito à carne suína, as soluções que se apresentam incluem:

- tabelamento dos projetos veterinários, concentrados, rações, equipamentos e demais insumos utilizados na suinocultura;
- definição e implementação de uma política de estímulo ao consumo de carne suína e de sua exportação.

Necessária é, ainda, a regulamentação da margem de lucros de cada um dos setores envolvidos na produção e circulação do produto.

CONCLUSÃO

Em artigo recentemente publicado, no qual sintetiza observações, dados e conclusões do seu estudo “para um novo pacto social”, o sociólogo Hélio Jaguaribe propõe um conjunto de medidas que propiciem as condições necessárias para se promover as grandes massas brasileiras a níveis superiores de vida, de capacitação e de participação. “Mais comida, mais emprego, melhor padrão de vida”, como o próprio autor diz em seu estudo.

Ora, os três produtos considerados na presente análise são responsáveis por milhares de empregos no campo e na cidade e são ingredientes básicos — ou pelo menos deveriam ser — na alimentação do nosso povo. Portanto, se de fato estamos comprometidos com “mais comida, mais emprego, melhor padrão de vida”, — e continuo acreditando que este é o compromisso primeiro e maior dos gestores da coisa pública em nosso país — impõem-se a necessidade de substanciais mudanças em relação ao leite, à carne suína e ao feijão.”

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhora e Senhores Deputados.

E pelo exposto, o Pacote que tem que dar certo, tem que ser acertado. E acertado com quem? E aí a nossa segunda preocupação, da qual, em documentação, estamos enviando ao Ministro, às diversas autoridades estaduais para que realmente o Pacote que tem que dar certo seja também acertado com o povo, para que esse possa ser ouvido.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — No Grande Expediente, está inscrito o Senhor Deputado Rubens Bueno. Não se encontrando presente o Senhor Deputado Rubens Bueno, passa-se ao Horário das Lideranças.

O Sr. Gernote Kirinus (Pela Ordem) — Tão somente para pedir que seja considerado lido o restante do meu discurso, que eu havia esquecido na tribuna. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Será considerado lido. Concedo a palavra à Liderança do PTB.
(Declina)
Concedo a palavra à representação do PCB.
Com a palavra o Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Somente para solicitar o apoio e aprovação dos Senhores Deputados a um requerimento de nossa autoria, que solicita ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças do Estado, o doutor João Elísio, informações referentes às empresas, quais as relações delas, e quais os valores anistiados pela Lei 8.279, de 16 de janeiro de 1986.

Hoje, na nossa pauta de decisões, volta em 3.^a discussão o Projeto de Lei n. 34/86, que dilata o prazo dessa lei, da Lei n. 8.279, que concedeu a anistia fiscal às empresas em débito com

o ICM no Estado do Paraná.

Coerentemente, portanto, com o nosso procedimento do final do ano passado, nós voltamos hoje a nos posicionar contrários à aprovação deste projeto, que dilata o prazo, e ao mesmo tempo, aproveitamos a oportunidade, pois, são inúmeras as solicitações que nos chegam no sentido de que se esclareça à população e aos setores interessados, sobre os reais benefícios que essa medida trouxe ao Estado do Paraná.

Eu alerto que, da mesma forma como aconteceu na semana passada, quando da movimentação dos professores estaduais, reivindicando o piso dos 2.2, e nas suas assembléias volta e meia lembravam da incoerência, ou da contradição de se apresentar o argumento de falta de recursos financeiros, para a despesa que seria proveniente do acréscimo, finalmente concedido pelo Governo, pela Mensagem encaminhada a esta Casa, na tarde de sexta-feira passada.

E que, portanto, nesta assembléia de professores era frequentemente levantado o argumento, de como pode se justificar uma não concessão de uma conquista salarial, tendo o Estado concedido a anistia fiscal.

Nós achamos extremamente delicada a situação de prorrogar o prazo de vigência da Lei 8.279. Nos, pela reapresentação do Partido Comunista Brasileiro, voltamos a insistir na importância com que os Senhores Deputados devem analisar esse ponto, e na nossa opinião, não dá a necessária aprovação ao Projeto, que hoje entra em 3.^a Discussão.

Por último, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, para registrar que neste Poder se realizará, no próximo dia 30 deste mês, um debate sobre a Constituinte e as Classes Trabalhadoras, promovido conjuntamente pelo PCB, pelo Partido Humanista, e pelo Partido Socialista Brasileiro. Debate para o qual estão convidados todos os demais Partidos e Lideranças.

Quanto aos demais assuntos que vínhamos tratar nesta tarde, particularmente em relação ao desdobramento do Pacote Econômico, no que atinge aos aspectos salariais e a perda econômica que alguns setores, algumas categorias do Estado vêm sentindo, nós reservamos o espaço da próxima segunda-feira, para poder, com mais elementos, poder discutir a situação criada com a paralisação das atividades de professores e servidores das Universidades Estaduais de Maringá e Londrina. Nesta semana, ambas as instituições sofrem um processo de paralisação diante da negativa das respectivas reitorias — administrações universitárias — em conceder o reajuste solicitado.

Não temos ainda todos os elementos para poder avaliar, embora reafirmemos aqui a posição que a Comissão de Educação desta Casa já assumiu em reunião da semana passada, hipotecando solidariedade ao movimento, entendendo como justas as reivindicações como realmente sendo categorias que perdem salarialmente pela época do ano em que teriam o seu reajuste e reforçando a importância de que haja uma suplementação, melhor ainda, seria uma transferência de recursos do Governo Federal, da União às Universidades Estaduais do Paraná, uma vez que continuam vivendo estritamente de recursos do Tesouro do Governo do Estado, e como também é atribuição específica do Governo da União, nada mais correto que, neste momento, venha a fazer as transferências necessárias.

No entanto, deixo para a próxima semana uma avaliação mais aprofundada deste aspecto.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra à representação do PFL.

O SR. JORGE MAIA FILHO – Declinamos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Havendo declinado, concedo a palavra à Representação do PDS.
(Declina)

Concedo a palavra à Representação do PDT.

(Declina)

Concedo a palavra à Representação do PMDB.

(Declina)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 34/86. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 221/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 176/85), que cria cargo de diretor do Museu do Parque Histórico do Mate, constante da Ordem do Dia de hoje, em 2.^a discussão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando a inversão para a votação da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com os requerimentos de preferência na discussão e votação dos Projetos de Lei n. 34/86 e 221/85, bem como a inversão para votação da Ordem do Dia de hoje, acima aprovados:

3.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 34/86, de autoria do Deputado FUAD NACLI E OUTROS, que dispõe que o prazo final para fruição dos benefícios concedidos pela Lei n. 8279, de 16.01.86 (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM), fica dilatado para 20.06.86, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

O SR. MÁRCIO ALMEIDA (Pela Ordem) – Sr. Presidente, solicito que registre o meu voto contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Registro o voto contrário do Sr. Deputado Márcio Almeida e está **aprovado** o projeto.

2.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 221/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 171/85), que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte 1 (um) cargo de Provimento em comissão de Diretor de Museu, símbolo I-C, que será destinado ao Parque Histórico do Mate, unidade de nível subdepartamental, da Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de Plenário de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N. 221/85

Acrescente-se onde couber:

"Art. - Fica criado, no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, 05 (cinco) cargos em Comissão DAS-5, de Assessor Parlamentar".

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1986.

(a) FUAD NACLI

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda – Aprovada.

O projeto e a emenda irão à 3.^a discussão.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia ;

1.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 16/86, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública a "MISSÃO A VOZ DOS MÁRTIRES", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n. 06, de 25.03.86)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 16/86

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado EZEQUIAS LOSSO tem por finalidade declarar de utilidade pública a MISSÃO "A VOZ DOS MÁRTIRES", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria – Lei n. 6.994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente
IVAN GUBERT – Relator

1.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 319/85, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que denomina de "RODOVIA ISSA JABUR", a Rodovia PR-450, no trecho que interliga os municípios de Centenário do Sul a Porecatu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n. 137, de 03.12.85)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 319/85

PARECER:

O nobre Deputado Fuad Nacli procura através do projeto de lei ora em análise, homenagear um grande homem público, denominando de "Rodovia Issa Jabur" o trecho da PR-450, que liga o município de Centenário do Sul a Porecatu.

Convencidos, pela justificativa, do acerto da iniciativa, e não havendo impedimento legal ou constitucional, somos pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Relator

1.^a DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 279/85, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças os imóveis de sua propriedade, constituídos dos lotes n. 6, 7 e 8 da

quadra n. 26, do perímetro urbano daquela cidade, com área de 1.575m², conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. COM EMENDA SUBSTITUTIVA. Aprovado. (Publicado no D.A. 115, em 29/10/85).

EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI N. 279/85

Substitua-se o Art. 1.º pelo seguinte:

"Art. 1.º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) os imóveis de sua propriedade, localizados no Município de Nossa Senhora das Graças, constituídos pelos lotes n. 6, 7 e 8 da Quadra n. 26, do perímetro urbano daquela cidade, com área de 1.575 m², (hum mil, quinhentos e setenta e cinco metros quadrados), matrículas ns. 7133 e 7134, Livro 2, do Cartório de Imóveis da Comarca de Colorado."

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1985.

(a) IRONDI PUGLIESI.

Apoio: JOSÉ ANTÔNIO FONSECA
SÉRGIO SPADA
TRAJANO BASTOS e
ANIBAL KHURY.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 279/85

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi, autoriza o Poder Executivo a doar imóvel de propriedade do Estado ao Município de Nossa Senhora das Graças.

A doação é para que a Prefeitura do Município em questão possa executar a construção de casas populares, atendendo sentida reivindicação da comunidade.

Ocorre que cabe à Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR a realização desta obra. Assim, a forma mais correta é a doação do imóvel para o órgão executor das obras.

A autora, procurando corrigir a falha contida na matéria, apresentou Emenda Substitutiva, onde o imóvel é doado para a COHAPAR.

É evidente o alcance social da medida, que irá atender basicamente aos moradores de baixa renda familiar.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável à matéria, na forma da Emenda Substitutiva, opinando pela aprovação da mesma.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente;
MÁRIO PEREIRA – Relator.

1.ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 266/85, de autoria do Deputado Márcio Almeida, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO DETRAN DO PARANÁ, com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. 112, em 21/10/85)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 266/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Márcio Almeida tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO DETRAN DO PARANÁ, com sede e foro no Município de Curitiba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria – Lei n. 6994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente;
MÁRIO PEREIRA – Relator.

1.ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 263/85, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO IPARDES, com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no DA. 110, em 16/10/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 263/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Eduardo Baggio, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO IPARDES, com sede e foro no Município de Curitiba.

O plano de lei está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada há que possa impedir a sua normal tramitação nesta Casa.

Cumprida as exigências da Lei n. 6994/78, que regulamenta as declarações de Utilidade Pública em nosso Estado.

Assim sendo, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente;
TRAJANO BASTOS – Relator.

1.ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 262/85, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JARDIM ALEGRE – APAE, com sede e foro em Jardim Alegre. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no DA. 110, em 16/10/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 262/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública, a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jardim Alegre – APAE, com sede e foro em Jardim Alegre, Estado do Paraná.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria – Lei n. 6994 de 10/01/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente;
MÉRIO PEREIRA – Relator.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 74/85, de autoria do Deputado Artagão de Mattos Leão e outros, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná a Sra. Marly Macieira Samey. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no DA. 39, em 14/05/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 74/85

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Artagão de Mattos Leão, concede o Título de Cidadã Honorária a Sra. Marly Macieira Samey.

No que respeita ao aspecto constitucional, legal e regimental, não encontramos qualquer impedimento ao trâmite da matéria nesta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente;
MÁRIO PEREIRA – Relator.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 303/85, de autoria do Deputado JORGE MAIA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO ENFERMO, com sede e foro em Rio Bom. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 331/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO EDUCANDÁRIO BRANCA DE NEVE, com sede e foro no Município de Sertanópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 301/85, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que declara de Utilidade Pública a Entidade TEMPO ESPIRITUALISTA FILHOS DE IEMANJÁ de Curitiba, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 202/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JESUITAS, com sede e foro no Município de Jesuítas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO DA PROPOSIÇÃO N. 43/86, PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL, de autoria do Deputado Caíto Quintana e outros, dando nova redação a alínea “c” do inciso II, do artigo 34, conforme especifica (tratando do exercício de outros cargos eletivos federal, estadual ou municipal, salvo em caráter de substituição). Com PARECER FAVORÁVEL e EMENDA CORRETIVA da COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO, por unanimidade. Em votação a emenda. Aprovada por unanimidade.

PROPOSTA DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 43/86

Artigo único – A alínea c, do inciso II, do artigo 9º,

passa a vigorar com a seguinte redação :

“Art. 9º

II –

c) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal, salvo em caráter de substituição.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1986.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Apoio: Dirceu Manfrinato, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Gernote Kirinus, Márcio Almeida, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Nestor Baptista, Jorge Maia Filho, Sabino Campos, Erondy Silvério, Rubens Bueno, Homero Oguido, Sérgio Spada, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Nelson Vasconcellos, Acir Mezzadri, Trajano Bastos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel e Edilson Alencar.

JUSTIFICATIVA:

A presente alteração constitucional visa contornar dificuldade surgida em numerosos municípios, onde se realizaram eleições em novembro último para Prefeito e Vice-Prefeito.

Sucede que nesse pleito alguns Deputados elegeram-se Vice-Prefeito. Esta posição, nos últimos anos, deixou de ser mera suplência para converter-se em “cargo”, resultando na desnaturação de sua natureza expectante. Assim, estariam aqueles parlamentares alcançados pela incompatibilidade prevista no artigo que se pretende modificar.

Desnecessário insistir que o Vice não ocupa cargo. Enquanto não ocorrer circunstâncias propiciadora de sua investidura no cargo de Prefeito, Governador ou Presidente, seja substituindo, seja sucedendo o Titular, o Vice permanece em atitude de expectativa. Esse é o único fundamento da figura do Vice.

Por essa razão, não parece justo que um Deputado Vice-Prefeito tenha que renunciar ou suportar a perda do mandato em virtude de substituir, por breve tempo, talvez uma só vez durante todo o período administrativo. Igualmente, não é justo frustrar a vontade popular privando-a do seu escolhido para a suplência do Prefeito, apenas para obviar incompatibilidade entre mandatos diversos.

Daí a proposta de emenda tendente a conciliar a injusta situação gerada nesta fase de transição político-institucional, do regime autoritário para a democracia plena. Edita a nova Constituição, em futuro próximo, a matéria será posta em termos semelhantes, já que nela prevalecerá o espírito democrático e conciliador.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO
PROPOSIÇÃO N. 43/86

PARECER:

A Proposição em tela de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, e outros, tem por finalidade dar nova redação a alínea c, do Inciso II – Art. 9º, da Constituição Estadual, e não como consta da Proposição, Art. 34, estabelecendo que: o Deputado Estadual não poderá exercer outro cargo eletivo, deferido, estadual ou municipal, salvo em caráter de substituição.

A justificativa apresentada, estabelece os princípios norteadores para se modificar aquela alínea, com os quais nos solidarizamos, pois justa é a situação aqui proposta, que irá contornar situação apresentada em inúmeras vezes, quando da eleição de membros do Poder Legislativo, para cargos no

Executivo em substituição, como é o caso do Vice-Prefeito.

Nestas condições a proposta vem em atendimento a maior perfeição do sistema político brasileiro e solucionar problemas de interpretações com relação a investidura no cargo de Vice-Prefeito, Vice-Governador ou Vice-Presidente, por membros do legislativo estadual.

Favorável é o nosso parecer, com a ressalva para que essa modificação seja no Art. 9º não no art. 34 como consta do texto aqui em exame.

Propondo-se a seguinte Emenda Corretiva.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Artigo único — A alínea c. do inciso II, do Art. 9º, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 9º

I —

II —

a) —

b) —

c) — exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal, salvo em caráter de substituição”.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1986.

(aa) PAULO FURIATTI — Presidente;

ORLANDO PESSUTI — Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, com apoio do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Sady Souza, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 65/86, oriundo da Mensagem Governamental n. 49/86, que dispõe sobre os vencimentos do funcionalismo em geral, com revisão dos vencimentos dos cargos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, dos índices e soldos dos policiais militares e dos índices de vencimentos dos policiais civis e dos Agentes Fiscais, bem como adota outras providências. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 51/86 que objetiva a criação da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, com as atribuições e finalidades específicas, concernentes às áreas do trabalho e assuntos comunitários. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Lei n. 51/86, que objetiva a criação da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 51/86, que cria a Secretaria do Trabalho e Assuntos Comunitários. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, encarecendo a liberação de verba para a construção

de uma agência da Previdência Social, no Município de Ponta Grossa.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Diretora Superintendente da Fundepar, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a destinação de materiais esportivos para os estabelecimentos de ensino do Município de Juranda.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da Surehma, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a perfuração de um poço artesiano na localidade de Santo Rei, Município de Nova Cantu.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo o aumento da cota de medicamentos para o Município de Janiópolis.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Sanepar, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo seja implantada na água distribuída no Município de Mamborê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, encarecendo seja marcada Audiência Pública, no dia 07 de maio do corrente ano, devido a tramitação do projeto de lei que dispõe sobre admissão de servidores públicos, com a participação de Deputados, Líderes Políticos e Partidários, Autoridades da Administração Estadual, especialistas, Representantes do Funcionalismo, Imprensa e demais interessados.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Várzea, nas proximidades da localidade de Silviolândia, Município de Peabiru.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da BR-157 que liga Luiziana ao Município de Mamborê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo 24 (vinte e quatro) trilhos para a construção de 3 (três) pontes no Município de Roncador.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, encarecendo a prorrogação do prazo da Lei n. 7.416, de 10 de dezembro de 1985.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Fazenda, encarecendo a prorrogação do prazo da Lei n. 7.416, de 10 de dezembro de 1985.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, viabilizando a designação de uma Deputada Estadual, para representar esta Casa, no Seminário Internacional "A Mulher e a Vida Parlamentar" que se realizará no Congresso Nacional, no período de 21 a 25 de abril do corrente ano.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo, através da Surehma, a solução para o problema de falta de água no Município de Mariluz.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gemote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o aproveitamento do antigo leito da Rodovia que liga os Municípios de Santa Helena e Marechal Cândido Rondon.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente da República, Ministros do Trabalho e da Fazenda e Líderes das Bancadas do PMDB no Congresso Nacional, encarecendo medidas para conter a onda de demissão de funcionários bancários.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de um viaduto na estrada de acesso da sede do Município de Campo Largo ao Distrito de Bateias, próximo ao posto Bassani, na Rodovia do Café.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo providências para a construção de um hospital no Bairro do Atuba ou Guaraituba, no Município de Colombo.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o afastamento do Cel. Wilson Santos, Comandante do Corpo de Bombeiros, por abuso de autoridade.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, Sr. Ministro das Minas e Energia, Sr. Diretor Geral da Itaipu Binacional, Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados e aos Srs. Representantes do Paraná, no Congresso Nacional, encarecendo apoio à reivindicação de "royalties" por exploração energética para o Estado do Paraná.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 12/86, que dá nome à PR-446 — União da Vitória-Porto Vitória à Bituruna.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação do Ensino a nível de 2.º grau, no Município de Turvo.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a implantação de uma "Seção Técnica" do Instituto de Criminalística, no Município de Guarapuava.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção da estrada pavimentada ligando Braganey ao Distrito de Longuinópolis, com sua inclusão na Programação de obras do DER para o exercício de 1987.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários da Saúde e Bem-Estar Social e das Finanças, encarecendo sejam excluídas as igrejas e entidades assistenciais, da listagem de contribuintes da taxa de licença sanitária e exercício profissional.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

O SR. FUAD NACLI — (Pela ordem) — Até este momento eu não recebi a Certidão da ata de ontem, e eu gostaria que a Presidência não deixasse de mandá-la. Os Deputados presentes ontem, foram 31; e também, os que estão faltosos, hoje, eis que alguns Deputados estão em Brasília, alguns estão viajando e portanto não estão presentes.

Não vou aceitar, que os Deputados que estejam fora da Casa, constem da relação de Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — A Mesa informa ao Deputado, que a Certidão não se encontra na mesa, por lapso desta Presidência, porém já está no meu Gabinete e será encaminhada a Vossa Excelência.

Quanto aos Deputados que estão em Brasília, eles estão a serviço da Assembléia.

O SR. FUAD NACLI — Mas, eles não estão presentes nesta Casa, não poderão constar como presentes na sessão de hoje, na votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — Deputado, eles cumprem missão da Assembléia.

O SR. FUAD NACLI — Só os que estão presentes na Casa. Poderão ser abonadas as suas faltas.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) — A Mesa tomará as providências.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Saúde, Diretor do IAM e Prefeito do Município de Maringá, encarecendo apoio integral à obra do pastor Nilton Tuller.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico no Colégio Estadual Rui Barbosa — Ensino de 1.º e 2.º graus, do Município de Arapoti.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Al-

meida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Sanepar, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a extensão da rede de água no Bairro Rainha, no Município de Ipiranga.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo, através do DER, a construção e recuperação do acostamento do trecho que liga os Municípios de Ponta Grossa a Castro, desde o Porto Presidente até as proximidades da ponte sobre o Rio Pitangui.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja transformada a Sessão Plenária Ordinária no dia 19 de maio do corrente ano, em Sessão Especial, em homenagem ao Centenário de Falecimento do Dr. Leocádio José Correa.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do TRE, encarecendo a regularização da situação funcional de funcionários que prestam serviços nos cartórios eleitorais do Município de Londrina.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o desamparamento do Projeto de Lei n. 31/86, ora anexado ao Projeto de Lei n. 1/86, devendo este último ser remetido à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de receber parecer.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de acostamento na estrada que liga as Praias de Leste a Pontal do Sul.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. João Alves, parabenizando-o pela reeleição no cargo de Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação do curso de 2.º grau - regular - Prodepêutico, no período noturno, da Escola Estadual Prof. Amálio Pinheiro - Ensino de 1.º Grau, do Município de Ponta Grossa.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando manifestação de apoio ao Sr. Presidente da Chapa Andes Hoje, em defesa da Universidade.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 30.º aniversário de fundação da Federação Paranaense de Futebol de Salão.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo informações a respeito das empresas beneficiadas pela Lei n. 8279 de 16 de janeiro do corrente ano.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Spenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de aplausos pela passagem do 30.º aniversário de fundação do Instituto Cultural Brasileiro-Germânico (ICBG).— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gemote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio do seu pronunciamento feito nesta Casa, aos Srs. Ministros do Planejamento, da Fazenda, da Agricultura e do Trabalho, bem como aos Srs. Governador do Estado e Secretários da Agricultura e das Finanças.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao casal Rosalina Lopes Franciscão e Odésio Franciscón, dirigentes do ILES - Instituto Londrinense de Educação de Surdos.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 46/86, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense do Diabético Juvenil - APAD, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico no Colégio "Rui Barbosa" - Ensino de 1.º e 2.º graus, do Município de Arapoti.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 17, à hora regimetal com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2ª DISCUSSÃO - da Proposição n. 43/86.
 - 3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 221, 331 e 303/85.
 - 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 74, 262, 263, 266, 279, 319/85 e 16/86.
 - 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 309, 318, 338/85 e 46, 51/86.
- Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 367/84 e 22, 23 e 29/86
- 1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 02/86.

Levanta-se a sessão.